

FORMAÇÃO POLÍTICA DO BIBLIOTECÁRIO NO BRASIL

Daniela Spudeit

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Brasil

Marielle Barros de Moraes

Universidade de São Paulo (USP)
Brasil

Elisa Delfini Correa

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Brasil

RESUMO

A necessidade de os cidadãos participarem da vida em sociedade é condição para discutir fatos e conceitos da realidade social e política. Nos últimos meses no Brasil este fato vem se tornando cada vez mais evidente, pois se percebe que os cidadãos estão usando o espaço das mídias sociais para expor a sua opinião acerca dos fatos sócio-políticos e econômicos. No entanto, os profissionais que têm por essência de seu trabalho a informação, como no caso dos bibliotecários, muitas vezes, não entram nesses debates, ou expõem suas opiniões conforme o senso comum que predomina nas mídias sociais. A partir dessa realidade empírica foi investigado como ocorre a formação política nos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil, buscando compreender os arcabouços teóricos utilizados para discutir política com estudantes de Biblioteconomia e contribuir com a formação de uma consciência política para esses futuros profissionais. Para tanto, foi elaborada uma pesquisa descritiva dos currículos de Biblioteconomia no Brasil e exploratória-bibliográfica acerca da temática “política” nas bases de dados da área. O universo da pesquisa foi composto por quarenta escolas de Biblioteconomia no Brasil listadas no site da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação. Foi feita uma Análise de Conteúdo nos documentos curriculares eletrônicos disponíveis nos sites dessas escolas. Os resultados demonstram que há bastante utilização do termo política nos documentos analisados, porém referindo-se ao quefazer técnico dos bibliotecários e não em relação à política como uma dimensão da vida em sociedade.

Palavras-Chave: Formação Política em Biblioteconomia; Currículo de Biblioteconomia; Educação Bibliotecária; Ensino de Biblioteconomia.

POLITICAL EDUCATION OF LIBRARIAN IN BRAZIL

ABSTRACT

The need for citizens to participate in life in society makes it necessary that they become to be interested and discuss facts and concepts of social and political reality.

Recently in Brazil this fact is becoming increasingly evident as one realizes that the citizens have been using the social networking space to expose your opinion about the socio-political and economic facts. However, professionals who have the essence of their work information, as in the case of librarians often do not participate of these debates, or expose their opinions, because of the common sense that prevails in digital social networks. From this empirical reality, it was investigated as is the political education in undergraduate courses in Library Science in Brazil, trying to understand the theoretical frameworks used to discuss politics with students of Library and contribute to the formation of a political awareness for these future professionals. Therefore, a descriptive research of Library Science curricula in Brazil and exploratory-literature on the theme "politics" in databases relevant for this field has been prepared. The research universe was composed of forty Librarianship schools in Brazil listed on the website of the Brazilian Association of Education in Information Science. A Content Analysis in these electronic documents available on the websites of these schools was made available on the website of these institutions. The results show that there is a sufficient use of the term policy in the analyzed documents, but referring to "what-do" technical librarians and not about politics as a dimension of life in society.

Keywords: Political Training in Librarianship; Librarianship Curriculum; Education Librarian; Library Science Education.

1 INTRODUÇÃO

Face aos acontecimentos governamentais recentes no cenário social e político, vivenciamos debates acalorados nas mídias sociais, televisivas e, também, em diferentes espaços de socialização, tais como na família, na escola, no trabalho, entre outros. Apesar do Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997) enfatizarem a necessidade de discutir fatos e conceitos da realidade social e política nos currículos escolares, as pessoas em geral não têm uma formação política consistente. Entretanto, percebe-se que existe uma tendência cada vez maior no interesse por política, por conhecer seus direitos e participar ativamente das decisões do seu condomínio, no seu bairro, nas escolas, nos sindicatos e em diferentes espaços sociais e políticos.

Política é uma dimensão essencial da vida humana, o homem é por natureza um animal político já afirmava o filósofo grego Aristóteles. A finalidade da política consiste em "[...] organizar a sociedade de tal modo que nela seja possível a cada cidadão viver uma vida virtuosa e feliz e não apenas materialmente confortável", conforme explica Azambuja (2008, p.10). Neste contexto, a política deve ser uma

prática racionalmente orientada para a construção e manutenção do bem-comum, onde a filosofia define o tipo de sabedoria necessária para desenvolver o bem na sociedade e as formas de alcançá-lo.

Azambuja (2008, p.12) explica que “[...] no plano individual essa sabedoria se chama ética; no plano social, política”. Embora a Política tenha surgido na Grécia enquanto discurso, Aristóteles não tira sua racionalidade, como Max Weber faz no Século XX ao abordar o tema. Por sua vez, Bobbio (2000) enfatiza que Weber foi quem trouxe abordagens significativas sobre política onde “[...] o Estado deixa de ser o reino da razão e do bem comum para ser considerado o reino da força e do interesse daqueles que detêm o poder”.

Dentro dessa conjectura política, de analisar as formas de viver em sociedade, da construção e manutenção do bem comum, de forças e interesses de quem detêm o poder na sociedade, advém a necessidade de discutir sobre participação política. Dallari (1983) defende que o termo política permite diferentes interpretações, porém, todas, dentro da esfera social, como uma conjugação das ações dos indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum. Segundo o autor, o que forma a sociedade política é a estrutura de ações produzidas pelos indivíduos e seus efeitos sobre a organização da sociedade, seu funcionamento e sobre os seus objetivos.

Na visão do campo do Direito, a participação é um direito reconhecido e incontestável. Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país e a vontade do povo será a base da autoridade do governo. Esse direito foi consagrado pelo Artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS, 1948), em que afirma que é dever de todos fiscalizar as políticas públicas para que não fiquem restritas a determinados grupos sociais que adotam normas sem conhecer o que as outras pessoas pensam a respeito.

Quando se fala em grupos sociais, é importante pensar na participação e influência de diferentes profissões e seus órgãos de classe nesse contexto das políticas públicas. Pesquisadores da área de Sociologia das Profissões como Friedson (1998), Abbott (1988) e Rodrigues (2002) defendem que a profissão, para se construir socialmente e alcançar o status de profissão, depende de um conjunto de fatores/fases, tais como a criação de um estatuto profissional, resultado do saber científico, prático e ideal, o reconhecimento social, a criação de instituições profissionais que ocupam uma posição intermediária entre necessidades individuais e

sociais. Dubar (2005) afirma que os fundadores da Sociologia já realizavam o estudo das profissões, como por exemplo, La Play que, em 1855 analisou a situação operária enfatizando as associações profissionais, afirmando que estas eram uma das glórias da Inglaterra e explicavam em grande parte a supremacia intelectual de que esse país gozava na época, especialmente no domínio científico.

Nesse bojo, as instituições profissionais têm um papel muito importante devido à ação política que podem fazer em prol da valorização, reconhecimento e defesa da própria profissão. Entretanto, abordar política na Biblioteconomia é um desafio no Brasil. Desafio porque, ao pesquisar o termo “formação política” em conhecidas bases de dados da área, poucos trabalhos foram recuperados, sejam publicados em anais de eventos ou em periódicos. Quando encontramos o termo “formação política”, na Base de Dados de Periódicos em Ciência da informação (BRAPCI), abrangendo na busca os anos de 1972 a 2016, que é a maior abrangência da base de dados, foram recuperados 37 registros, mas nenhum se relacionava à formação política em si, mas às políticas específicas da área.

É possível encontrar publicações sobre política relacionadas aos diferentes contextos técnicos e gerenciais, como políticas de preservação, políticas educacionais, políticas de leitura, política de formação de coleção, políticas enquanto instrumentos de gestão, políticas públicas de acesso à informação, políticas de preservação, política de indexação, política de acesso aberto, política de tratamento da informação, política de divulgação, entre outros. Porém, não se encontram discussões fundamentadas pautadas na política enquanto objeto de formação, de atuação, relacionada a comportamento e competência profissional para que o bibliotecário participe efetivamente da construção da sociedade, seja por meio de representações, tais como entidades de classe, centros acadêmicos, diretórios de estudantes, ou como membros de organizações independentes.

Apesar de ser um tema extremamente importante, percebe-se que pouco se investiga sobre formação política no Brasil dentro da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Visando preencher parte dessa lacuna, a presente pesquisa busca analisar como ocorre a formação política nos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil para que seja possível compreender quais os arcabouços teóricos utilizados para discutir política com estudantes e contribuir com a formação de uma consciência política desses futuros bibliotecários, que poderão exercer cargos

nas entidades de classe ou em grupos especializados para defender os interesses da área no País e se articular politicamente em prol das necessidades da sociedade.

Dessa forma, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e exploratória, conforme os objetivos traçados, e trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental de acordo com os meios utilizados. O universo da pesquisa foi composto por quarenta escolas de Biblioteconomia no Brasil listados no site da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN)¹. Foi feita uma análise nos documentos eletrônicos disponíveis nos sites dessas escolas, tais como Projetos Político-Pedagógicos (PPP), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e conteúdos explícitos nas disciplinas: ementas e/ou conteúdos programáticos disponíveis no site das referidas instituições.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As instituições de ensino, de forma geral, desempenham um papel importantíssimo na sociedade não apenas ao que tange à educação, enquanto forma de aquisição de conhecimentos gerais, mas cumpre também o papel essencial de educar para a cidadania. Para tal, busca, por meio das práticas pedagógicas de ensino e pesquisa, inserir a comunidade escolar/acadêmica no universo do conhecimento de diferentes possibilidades e leituras do mundo e da sociedade global e local, assumindo assim, mesmo que indiretamente, um caráter político de formação para a vida.

De maneira ainda mais peculiar, as universidades, por reunirem sob uma mesma marca institucional diferentes áreas do conhecimento e, portanto, diferentes leituras do mundo, apresentam um rico cenário de debates e participação política, gerando novos conhecimentos e práticas sociais que reverberam para além de seus muros. Assim, apesar da evidente efervescência política no ambiente universitário,

[...] mesmo diante da politização cada vez mais acentuada das suas atividades, e das contradições inerentes à sua estrutura e funções, as universidades, tradicionalmente, e ainda modernamente, são consideradas entidades apartidárias, não possuindo formalmente uma função de proselitismo ou de formação político-partidária (COSTA *et al.*, 1994, não paginado).

No entanto, a construção do conhecimento por meio da educação é, em si própria, um ato político, como sugere Paulo Freire (1979), o que torna o ambiente da

universidade um *locus* de intensa participação política, em especial, por parte da comunidade de estudantes. Historicamente falando, merecem destaque alguns importantes episódios políticos protagonizados pelo movimento estudantil brasileiro:

Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento estudantil brasileiro foi importante foco de resistência e mobilização social à ditadura civil-militar. Organizados em diversas entidades representativas, como os DCEs (Diretórios Centrais Estudantis), as UEEs (União Estaduais dos Estudantes) e a UNE (União Nacional dos Estudantes), suas reivindicações, protestos e manifestações influenciaram os rumos da política. Os estudantes protestavam por causas específicas como a ampliação de vagas nas universidades públicas, por melhores condições de ensino, contra a privatização e também em defesa das liberdades democráticas e por justiça social (O PAPEL..., 20--).

Além das organizações oficiais, que eram aceitas pela ditadura, também existiam, nesse período de exceção, os movimentos estudantis clandestinos, onde as discussões eram feitas longe da maior parte dos estudantes, e que tinham como um dos objetivos o fim da ditadura militar. Já no final desse período de exceção, a UNE elegia seus representantes por meio do voto direto, como uma clara crítica ao regime militar, ao mesmo tempo em que ressurgia o movimento sindicalista nacional e que aconteciam as greves do ABC paulista.

Em relação aos dias atuais, Mesquita (2003) aponta que é possível verificar a participação política do movimento estudantil num formato diferente das décadas passadas. Isto se dá pela existência de diferentes canais de participação política, novas demandas da juventude e novas formas organizativas. O autor cita Melucci (1997 *apud* MESQUITA, 2003, não paginado) para quem esses movimentos “[...] tomam a forma de uma rede de diferentes grupos, dispersos, fragmentados, imersos na vida diária. Eles são um laboratório nos quais novos modelos culturais, formas de relacionamento, [...] são testados e colocados em prática”.

Schwartzman (2008, p.97) analisa o papel político educacional da universidade no Brasil apontando para suas limitações dentro do que ele chama de crise:

Finalmente, caberia examinar a crise da Universidade como fonte de formação de uma reflexão crítica sobre a sociedade. Essa é, sem dúvida, uma área em que a Universidade se tem desempenhado bastante bem, principalmente através de seus estudantes. Ao mesmo tempo, existem limitações sérias em relação ao alcance dessa crítica. Estudantes e professores universitários são, afinal, beneficiários dos ganhos proporcionados pelo sistema educacional a que pertencem; seria pouco razoável esperar, assim, que o sentido crítico que eles tão frequentemente manifestam possa voltar-se com facilidade para

alterar os próprios mecanismos de prestígio social e mobilidade que os gratificam. Uma revisão profunda do sistema universitário do país deveria contar, certamente, com a colaboração ativa dos diversos grupos que compõem nosso sistema de ensino superior; mas assim como as guerras são sérias demais para serem deixadas aos generais, a Universidade é importante demais para ser deixada, somente, a seus professores e alunos. É necessária uma nova agenda de objetivos e prioridades, e essa agenda deve interessar a todos.

Assim, é que o movimento político estudantil, o qual parte das universidades, não está necessariamente ligado à estrutura curricular dos cursos, como sendo parte objetiva do desenvolvimento educacional nelas praticado, ao menos não de forma expressamente declarada em suas ementas ou missão. Sobre isso, Costa et al. (1994, não paginado) concluem:

A passagem pela Universidade influencia o comportamento político na medida em que esta passagem se vincula a uma inter-relação do estudante com os colegas, particularmente com os setores organizados do movimento estudantil. Podemos concluir que a Universidade coopera com o desenvolvimento político de seus alunos, não através de suas atividades acadêmicas e curriculares, mas sim através do espaço institucional criado para a participação espontânea em atividades extracurriculares, como as especialmente organizadas pelo movimento estudantil.

Dentre as atividades extracurriculares possíveis aos estudantes, destaca-se a participação em órgãos de representação estudantil e, também, da classe profissional ao qual o aluno está se formando, tais como associações e sindicatos. Estas podem atuar politicamente agregando estudantes e profissionais para a reivindicação de direitos trabalhistas e civis. A participação no movimento estudantil é uma iniciação à participação política também da vida profissional, bem como da vida política do País, enquanto cidadãos. Nesse sentido, a universidade deve propiciar aos alunos, não somente disciplinas relacionadas à temática como forma de iniciar a discussão, mas, sobretudo, deve incentivar os alunos a participar da vida política da universidade, por meio dos Centros Acadêmicos (CA), Diretório Central dos Estudantes (DCE) e dos encontros de estudantes em suas respectivas áreas de estudos, pois estes também são palco da efervescência política dos estudantes até os dias atuais. Ou seja, não apenas discutir a política de forma teórica em salas de aula, mas também na prática, na vivência da universidade transformando os saberes discutidos em práxis.

Por outro lado, retoma-se a ideia de que educar é um ato político e, portanto, não pode ser considerado isento de abordagens dessa natureza em seus currículos. Giaretta e Meneghel (2008, p.127) discutem a questão e afirmam que:

[...] o possível é reconhecer a dimensão política da ação educativa enquanto desvelamento das relações de poder/dominação que determinam a nossa atuação como sujeito histórico. (DEMO, 1996; REZENDE, 1984; GUTIÉRREZ, 1988 e FREIRE, 2004, 2005). O político, aqui, é reconhecido como espaço de poder onde se gestam e administram as discriminações sociais, uma vez que reconhece não haver relações sociais que não sejam políticas. Portanto, e conseqüentemente, também a relação educativa, por si, é uma relação política e de poder.

A ausência de uma formação política mais densa é apontada também por Severino (2009, p.158):

De outro lado, outros veem a superação dos problemas entendendo como único papel da Universidade a preparação de técnicos a serviço do mercado de trabalho, numa postura meramente profissionalizante, desconhecendo a necessidade não só da formação científica, mas também de uma densa e consistente formação política. São forças centrípetas que tendem a fazer com que o ensino superior se feche sobre si mesmo, como um redemoinho. Nunca é demais insistir: cabe à universidade como instituição como lugar específico do ensino superior dedicar-se à formação do cidadão autêntico, pois seu papel mais substantivo vai muito além da formação do profissional, do técnico e do especialista. Por mais que os resultados históricos não tenham correspondido a essa expectativa, isso não compromete sua finalidade intrínseca, formadora que precisa ser da consciência social que é a única sustentação de um projeto político minimamente equitativo, justo e emancipador.

Oliveira, Borssol e Genro (2011) analisam como prejudicial a visão neoliberal da educação superior sob o ponto de vista da passagem da educação ao campo mercantil pela Organização Mundial do Comércio “na qual o ensino é considerado como serviço comercial, ocasionando um aniquilamento na concepção da educação como bem público”. Assim, um dos principais prejuízos dessa concepção é o desaparecimento do ser pensante que cede lugar ao sujeito consumista, resultando, conforme afirmam Oliveira, Borssol e Genro (2011), num “esquecimento da política e do significado da vida pública, incidindo na concepção da educação e nos processos formativos”.

Os prejuízos desse “esquecimento” poderão, assim, ser sentidos em toda a sociedade e em diferentes níveis, pois:

Formação política, em sentido bastante amplo, é aquilo que nos forma para desempenhar a atividade política de modo cada vez mais eficaz em todas as suas dimensões, o que inclui não apenas a capacidade de compreender a realidade em múltiplos níveis, mas também a de atuar nela de modo concreto. Isso exige uma série de competências, de habilidades: como saber fazer trabalhos de mobilização, de articulação, de mediação e negociação, de agitação e propaganda, de formulação, etc. Formação política, portanto, não é apenas aprender a pensar, mas também aprender a fazer (e, no limite, essa distinção é falsa, pois pensar é fazer, e fazer é pensar). Porém, é possível e útil entender formação política também num sentido mais específico, como aquilo que amplia nossa capacidade de atuar de modo *conscientemente político*. Quando participamos de um movimento social, por exemplo, podemos ter graus diversos de consciência sobre o projeto político a que servem nossas pautas e mobilizações, para além do que se apresenta como evidente nas disputas setoriais. Empregamos “político”, aqui, basicamente como aquilo que diz respeito à organização da sociedade como um todo – aquilo que articula toda a *polis*, e não apenas uma de suas partes (TELÉSFORO, 2012).

A leitura deste referencial teórico demonstra existir um consenso entre os autores que, para além da formação técnica e profissional, as universidades devem estar atentas à sua responsabilidade da formação crítica, social e política de sua comunidade acadêmica.

Ao analisar a questão das licenciaturas, Oliveira, Borssol e Genro (2011) afirmam que “a formação de um professor envolve saberes políticos, filosóficos, econômicos e culturais, em constante movimento com as diferentes áreas do conhecimento [...] o desafio posto aos cursos de licenciatura é oferecer uma formação que viabilize esse processo”. Contudo, ao analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais das licenciaturas, as autoras concluem pelo esquecimento da formação política. Todavia, admitem que “os documentos por nós estudados apresentaram fragilidades, porém lançaram também, expressos nas proposições que direcionam conteúdos e práticas educativas, elementos que constituem possibilidades para a formação política do professor”.

Essas ‘entrelinhas’ mencionadas pelas autoras parecem ser o caminho utilizado pelos professores universitários na condução do debate político em sala de aula. No entanto, ao estender a concepção formativa, Rodrigues (2002, p.15) afirma que:

É importante ressaltar que ao qualificarmos a sala de aula como o espaço de concretude para pensarmos e repensarmos permanentemente o processo de formação, não estamos reduzindo

nossa ação pedagógica a um único ambiente físico. Ao contrário, para nós a sala de aula tem um amplo sentido, abrangendo as diversas dimensões do trabalho pedagógico, e configura-se como um dos espaços educativos onde os sujeitos podem vivenciar os atos de ensinar, pesquisar e aprender.

A autora analisa o que chama de “formação com qualidade formal e política transformadora”, baseando-se na premissa de que a pesquisa contribui para uma “aproximação com o real, a percepção das contradições e antagonismos, a identificação dos mecanismos de poder e suas relações, que perpassam todo o tecido social, possibilita, portanto, uma nova leitura e interpretação da realidade” (RODRIGUES, 2002, p.16).

O autor supracitado apresenta o relato de exercício de pesquisa realizado com estudantes de Biblioteconomia e conclui que “é possível produzir ensino com pesquisa ainda que seja preciso compreender esta produção dentro dos limites do contexto em que se concretiza”, e que os resultados de sua experiência demonstram que essa prática permite “[...] formar sujeitos autônomos, participativos e críticos, com qualidade formal e política, capacitados a refletir e produzir novos conhecimentos acerca de sua prática profissional e, fundamentalmente, comprometidos com a emancipação e o exercício da cidadania” (RODRIGUES, 2002, p.22). Assim, o texto de Rodrigues nos remete diretamente ao tema específico deste estudo: a formação política do bibliotecário.

Carvalho (2016) discute questões referentes à atuação no campo da informação no que tange à Biblioteconomia e Política considerando os múltiplos conceitos de política como construção crítica nas ciências humanas e na filosofia a partir, principalmente, de Arendt e Foucault. Para o autor, a política deve ser vista como “processo de análise, ação e tomadas de decisão no âmbito da prática acadêmica estudantil e docente, da prática profissional e da representatividade político-institucional (órgãos de classe), de forma individual ou integrada” (CARVALHO, 2016, p 55), mostrando que a construção política na Biblioteconomia deve se dar em um permanente diálogo entre suas categorias.

Outro instrumento de formação política dos estudantes de Biblioteconomia são os Encontros Nacionais e Estudantes de Biblioteconomia e Documentação (ENEBD), cujo primeiro foi realizado no ano de 1967 e até 1994, ano que surgiu o primeiro Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação (EREBD) que

era, então, o único fórum de debate e de atuação política mais conjunta dos estudantes de Biblioteconomia do Brasil. Gallo (2013) discute a influência da participação dos alunos nos Encontros Nacionais de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação (ENEBD), evidenciando sua importância no que tange à integração social entre os estudantes, o incentivo à produção científica discente devido, principalmente, à facilidade no entendimento nos temas, a experiência adquirida tanto pelos organizadores quanto pelos participantes e os contatos formados, sejam eles pessoais, profissionais ou científicos. No entanto, o autor não trata da importância desse evento como formação política para os estudantes.

Considerando a atuação estudantil, Carvalho (2016) salienta que a mesma deve ser incentivada visto que o estudante será o futuro profissional (em diversas instâncias), professor e/ou representante de órgão de classe, daí a necessidade de fortalecer o movimento estudantil em âmbito interno (centros e diretórios acadêmicos) e externo (ENEBD e EREBD), assim como organizando “eventos internos que focalizem a mobilização política na Biblioteconomia e ampliação da produção científica e profissional acerca da atuação política da Biblioteconomia desde a graduação” (CARVALHO, 2016, p.59). No entanto, a respeito da organização política desses eventos, é dessa forma que Oliveira e Silva (1998, grifo do autor) se expressam:

Entretanto, considerando a conjuntura do País naquele momento, da forte repressão pela ditadura militar aos movimentos populares, é natural que esse encontro não tenha tido continuidade. Mesmo assim, em 1972, os estudantes retomam esse evento, denominando-o de I Encontro Brasileiro de Estudantes, coordenado pelo então Instituto Nacional do Livro (INL), com sua organização sob o encargo do Diretório Acadêmico 18 de Março da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos. De fato, o resgate dos dados desse I Encontro e dos demais, até o VI ENEBD, ocorrido em Belo Horizonte, em 1982, só foi possível através de estudo realizado por Leonel Lamb (1983), que participou da Comissão Organizadora e da elaboração do documento final do VI ENEBD e que diz: *só um trabalho foi apresentado, nenhum dos palestrantes entregou o trabalho sobre o tema de sua palestra e nenhuma ata foi feita.*

Os eventos estudantis EREBD e ENEBD continuam sendo promovidos anualmente, embora ainda sejam poucos os estudantes que se envolvem diretamente com a sua organização em suas escolas, ficando essa responsabilidade restrita a um pequeno grupo de acadêmicos, os mesmos que levam o evento para sua

universidade. No entanto, entende-se que este ainda é um dos momentos nos quais a participação dos alunos fica mais evidente, apesar da reduzida presença dos acadêmicos envolvidos nos DCEs. Este fato talvez seja decorrente da falta de integração entre os cursos percebida nas universidades atualmente.

No entanto, acredita-se que esse não seja o único motivo do baixo engajamento dos alunos na universidade. Outros fatores podem ser apontados, tal como a falta de representatividade sentida hoje em todos os setores sociais como consequência do que autores, a exemplo de Harvey (2003), denominam de pós-modernidade, cujas características marcantes são o sentimento de efemeridade, a transitoriedade e a fragmentação.

Outro fator que merece nota, pois se apresenta como inibidor da participação política de alunos e professores brasileiros e que aponta para o valor atual da proposta desta análise, reside no complexo contexto político brasileiro atual, no qual parecem ressurgir elementos ditatoriais como a censura e a privação do debate no ambiente escolar e universitário², justificando com maior veemência a reflexão aqui proposta.

Assim sendo, questiona-se, a partir deste estudo, o que poderia ser feito para ultrapassar essa falta de participação política dos bibliotecários contemporaneamente, como forma de ter uma atuação contra hegemônica desses profissionais. Outra questão a ser colocada é em relação à formação dos bibliotecários, ou seja, a formação dos bibliotecários propicia a defesa de um projeto ético, político e crítico da profissão comprometido com a construção do projeto de emancipação humana e com a defesa dos direitos sociais? E ainda: o projeto político pedagógico propicia aos estudantes terem uma visão crítica da profissão de forma a que os mesmos transformem em práxis os conhecimentos adquiridos, na luta contra o ensino precarizado e também pelos interesses da sua profissão? Essa preocupação com a formação política do bibliotecário é expressa pelos docentes da corrente denominada Biblioteconomia Progressista, a qual se preocupa com a pouca formação e sensibilidade nos currículos do campo da Informação e da Documentação em relação a temas como: política, participação social, responsabilidade social dos profissionais da informação. Os professores dessa corrente organizaram *Colectivo de Docentes de Información y Documentación por el Compromiso Social*, o qual foi fundado pelo Prof. Dr. Pedro López López, professor titular da Facultad de Ciencias de la Documentación, da Universidad Complutense e lançaram o *Manifiesto del colectivo*

de docentes de Información y Documentación por el compromiso social (2008), assinado por docentes da Colômbia, Espanha, Argentina, México, Bolívia, Venezuela e Paraguai, tem como preocupação central que o ensino deve reforçar os aspectos relacionados com o pensamento social e o compromisso democrático para alcançar uma formação realmente integral. E é a partir da preocupação do coletivo de docentes, bem como da realidade que encontramos no Brasil, que investigamos como se encontra a formação política do bibliotecário brasileiro.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e exploratória conforme os objetivos traçados e trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental de acordo com os meios utilizados. O universo da pesquisa foi composto por quarenta escolas de Biblioteconomia no Brasil listadas no site da ABECIN.

Foram analisadas as escolas cujo curso forma bibliotecários, ou seja, cursos de bacharelado em Biblioteconomia reconhecidos pelo Ministério da Educação na modalidade presencial, cujos alunos podem se registrar no Conselho Federal de Biblioteconomia para atuar como bibliotecários. Do universo de 40 instituições de nível superior listadas no site da ABECIN, foram investigadas somente 33 sites de Escolas de Biblioteconomia com cursos de bacharelado na modalidade presencial, uma vez que sete escolas (UFPR, UNIFAI, UFBA, UFPB, UNINCOR, UNIRONDON, UFCA) não atenderam aos critérios da pesquisa, conforme motivos explicados a seguir:

- UFPR: não oferece bacharelado em Biblioteconomia, apenas curso intitulado Gestão da Informação e, portanto, não forma bibliotecário;
- UNICOR e UNIRONDON: apesar de constarem na relação da ABECIN, não ofertam o curso de Biblioteconomia atualmente;
- UNIFAI e UFBA: não foi possível acessar as informações sobre os cursos por apresentarem problemas no site durante o período de coleta;
- UFPB: O site do curso de Biblioteconomia remete para o site do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, por isso, também não foi analisado;
- UFCA: o site do curso de Biblioteconomia da UFCA redireciona para o currículo do curso de Biblioteconomia da UFC via link da matriz curricular,

por isso inferiu-se que seja o mesmo curso, porém em instituições diferentes.

Dessa maneira, foi realizada uma análise nos documentos disponíveis nos sites das 33 escolas de Biblioteconomia. Os documentos verificados foram projetos político-pedagógicos, diretrizes curriculares nacionais e informações das disciplinas explícitas nas ementas e/ou conteúdo programático disponíveis no site das referidas instituições no período de 20 de março a 10 de abril do corrente ano.

Do universo de 33 escolas, 20 não disponibilizam seu projeto pedagógico no site. Nesses casos, foram verificadas as informações disponíveis no site e nos ementários das disciplinas, o que dificultou bastante a pesquisa, pois representa um percentual muito alto dos cursos de Biblioteconomia listados no site da ABECIN.

Na análise das disciplinas, é importante esclarecer que o conceito de política aqui utilizado se refere à política enquanto prática humana e a forma como a sociedade civil se relaciona com o próprio Estado, de acordo com Bobbio (1998). Nesse bojo, foi verificado no mapeamento algum indício na ementa das disciplinas obrigatórias dos currículos que indicasse base política para atuação do bibliotecário.

É comum encontrar disciplinas sobre formação política em currículos de cursos como Ciências Sociais/Sociologia, Direito, entre outros. Na ementa dessas disciplinas constam tópicos como: democracia, instituições políticas, relações de poder, cidadania, movimentos sociais, políticas públicas, conscientização política e liderança, reformas políticas, partidos políticos, divisão dos poderes, entre outros assuntos relacionados. No caso da presente pesquisa, usou-se o mesmo parâmetro de conteúdo acima descrito para verificar se na ementa e/ou nos conteúdos programáticos das disciplinas nos cursos de Biblioteconomia no Brasil continham esses tópicos no escopo ou outros que favorecessem a formação política para o fortalecimento da liderança na Biblioteconomia.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Ao longo da pesquisa, verificou-se que grande parte dos cursos possuem muitas disciplinas que usam o termo 'política' na ementa e/ou conteúdo programático, porém em contextos diferentes do proposto nesta pesquisa. A menção ao termo

política encontrada nos cursos de Biblioteconomia relaciona-se aos processos técnicos e gerenciais do fazer profissional tais como: políticas culturais, política de preservação, política de seleção, política de leitura, política de gestão, política de indexação, política de conservação, política de análise documentária, entre outros. Entretanto, não há menção nas ementas e conteúdos programáticos das disciplinas sobre atuação política profissional, embora em muitos projetos pedagógicos constem o desenvolvimento de competências políticas no perfil profissional.

Em algumas escolas foi possível verificar a existência de disciplinas voltadas para formação ética, sociológica ou filosófica do profissional. Entretanto, as ementas não mencionam uma discussão sobre a formação política conforme o escopo dos assuntos definidos nos procedimentos metodológicos. É possível constatar esse aspecto em diferentes currículos, como por exemplo os da FESP/SP, UNIRIO/RJ, UFC/CE, dentre outras. Os cursos da UFMA, da UFAM, da UFG e da UNIR oferecem a disciplina de “Introdução a Sociologia”, que apresentam ênfases mais conceituais e históricas, deixando de abordar aspectos voltados à formação política, como pode ser observado nas ementas apresentadas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1: Ementário da disciplina de Sociologia dos cursos de Biblioteconomia da UFMA, UFAM, UFG e UNIR.

UFMA	UFAM	UFG	UNIR
Constituição da Sociologia como campo de conhecimento: objeto e origem histórica, análise dos modelos explicativos da realidade social; conceitos fundamentais, considerando-se a história do conhecimento sociológico	Sociologia como ciência da sociedade industrial. Análise do modo de produção capitalista: classes sociais e relações de produção. Estado e sociedade civil. Estrutura social e história. Cultura.	Os primeiros grupos sociais, a formação da sociedade, as ciências sociais. Origem histórica e conceitual da sociologia, as principais vertentes sociológicas: Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. As instituições e os processos de socialização. A Sociologia como Ciência Social: objeto, método, relações com os demais ramos do conhecimento.	Sociedade e cultura no Brasil. Políticas de cultura no Brasil. O Sistema de produção cultural. O consumo cultural. Sociedade de massa, cultura e informação. Modalidades da produção cultural. Unidades de informação, comunicação e cultura. Biblioteca e política cultural. A Biblioteca no circuito cultural do Estado. Biblioteca, educação formal e educação informal. Centro de cultura. Biblioteca e ação cultural. Da conservação à geração de bens culturais. A formação de um público. Modalidades de relacionamento com a comunidade. Os primeiros grupos sociais, a formação da sociedade, as ciências sociais. Origem histórica e conceitual da sociologia, as principais vertentes sociológicas: Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber.

		Controle social e movimentos sociais. A sociologia da comunicação.	As instituições e os processos de socialização. A Sociologia como Ciência Social: objeto, método, relações com os demais ramos do conhecimento. Controle social e movimentos sociais.
--	--	--	---

Fonte: Elaboração própria - 2016.

Em nenhuma escola analisada verificou-se a existência de disciplinas ou conteúdos especificamente voltados para discutir a formação política do bibliotecário, embora se perceba que questões relacionadas à cidadania, direitos humanos, políticas sociais, de gênero, indígena, negra, dentre outras dessa natureza estejam contempladas em diferentes disciplinas conforme Quadro 2:

Quadro 2: Ementário de disciplinas diversas dos cursos de Biblioteconomia da UFG, UFS, UFRN, UFPE, UFAL, FURG, UFMG.

UFG	UFS	UFRN	UFPE	UFAL	FURG	UFMG
Políticas de informação educacional e social	Informação e Cidadania	Biblioteconomia e sociedade brasileira	Estudos sociopolíticos e econômicos	Formação Social, Econômica e Política do Brasil	Brasil contemporâneo: sociedade, cultura, economia e política	Memória e patrimônio cultural

Fonte: Elaboração própria – 2016.

Percebe-se que em nenhuma delas, porém, encontram-se quaisquer abordagens a aspectos propriamente relacionados à formação política do bibliotecário, conforme descritos no escopo metodológico dessa pesquisa.

O projeto político pedagógico da UDESC indica disciplinas que abordam a questão da ética em suas ementas: “Introdução a Biblioteconomia e Ciência da Informação” e “Administração de Unidades de Informação”, porém não é possível localizar menção a formação política de forma explícita e, tampouco, oferece uma disciplina específica sobre ética.

As disciplinas de Ética ofertadas em algumas universidades como no caso da UFSC, UFPA e UNIRIO que possuem disciplina de Ética Profissional, também poderiam representar lócus de debates sobre formação política do bibliotecário, indicando a presença do tema no escopo da disciplina. Porém, isso não ocorre, o que também pode ser percebido na ementa da disciplina do curso da UFPA, “Ética e

Informação”, que aborda, dentre outros assuntos, os conceitos de ética e moral, o direito à informação, ética normativa, a ética pós-moderna.

Destaca-se a disciplina “Biblioteca e Sociedade Brasileira” da UFAL que discute: a ação do Estado brasileiro no campo das bibliotecas, especialmente a partir de 1930; a biblioteca na atual sociedade brasileira; a situação da biblioteca em relação à indústria da produção dos registros do conhecimento; política governamental e legislação; papel das organizações públicas e não governamentais. Apesar da aproximação com o escopo definido pela pesquisa, não apresenta foco na formação e atuação políticas do bibliotecário.

O curso da USP campus São Paulo também merece destaque com a disciplina “Biblioteca, Informação e Sociedade”, que apresenta aos discentes o conceito de Informação e suas várias fases e faces, notadamente no ambiente brasileiro dos Séculos XX e XXI e se propõe a analisar o papel das bibliotecas enquanto instituições articuladas a determinados organismos públicos, desenvolver a capacidade de análise crítica de políticas públicas para a informação, cultura e desenvolvimento científico, conhecer e avaliar os possíveis caminhos da Informação pós-internet, oferecer aos estudantes ferramentas conceituais para o entendimento e avaliação das perspectivas profissionais.

Em relação aos resultados da pesquisa, propõe-se que o conteúdo sobre formação política poderia estar diluído em várias disciplinas para ser abordado de forma transversal como tópicos em várias ementas das disciplinas. Entretanto, é importante refletir sobre a pertinência de uma disciplina obrigatória em todas as escolas, cuja ementa aborde questões políticas e éticas alinhadas ao contexto da Biblioteconomia com o conteúdo programático voltado para conceitos de política, poder, democracia, cidadania, movimentos sociais, sindicalismo, políticas públicas, conscientização política e liderança, reformas políticas, partidos políticos, divisão dos poderes, dentre outros assuntos relacionados, a fim de potencializar de forma mais clara a formação política para o fortalecimento da liderança e representatividade na Biblioteconomia brasileira.

No atual contexto em que se verifica uma crise política, preocupa a inatividade do bibliotecário no cenário político, mesmo que seja para debater o assunto entre os colegas de profissão ou mesmo realizar ações nas bibliotecas ou entidades de classe para despertar esse olhar crítico sobre o tema com a comunidade onde a biblioteca

está inserida. Os dados acima apresentados e discutidos apontam para um conservadorismo da educação e formação desses profissionais, não contribuindo assim para uma mudança paradigmática no quadro da participação política nacional.

Apesar disso, é possível vislumbrar, em especial por parte da comunidade acadêmica, um desejo de participação mais ativa nos movimentos sociais da atualidade, como pode ser observado no texto de Corrêa e Prado (2015), onde é analisada a participação de alunos e profissionais no movimento “Vem pra Rua”, ocorrido no Rio de Janeiro em 2013, no qual se verificou a mobilização democrática da categoria profissional na luta por seus direitos enquanto cidadãos e classe profissional.

Assim, infere-se que a proposta de repensar os conteúdos das disciplinas formativas nos cursos de Biblioteconomia brasileiros na direção do debate sobre a atuação política do profissional vai ao encontro não apenas do anseio da classe bibliotecária, mas também de uma demanda real da sociedade contemporânea.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar sobre formação política no campo da Biblioteconomia não é tarefa das mais fáceis. Em primeiro lugar, porque a literatura produzida acerca de: política, de atuação política e de formação política no campo da Biblioteconomia é quase inexistente. Em segundo lugar, porque pesquisar essa temática, a partir dos documentos curriculares, torna essa tarefa ainda mais difícil, tendo em vista que os Projetos Político-Pedagógicos completos (ou seja, já inseridos neles os programas de disciplinas), em sua maioria, não se encontram disponíveis no site dos cursos em sua totalidade.

A partir da análise dos dados obtidos por meio da pesquisa nos currículos, percebe-se que o termo *política* é muito citado no interior dos currículos, porém referindo-se aos fazeres do bibliotecário, como por exemplo, a sua atuação com políticas de seleção, políticas de indexação, políticas de leitura, etc. No entanto, muito pouco se encontra nos currículos discussões sobre política enquanto uma dimensão da vida em sociedade, enquanto uma forma dos sujeitos participarem da vida em sociedade, necessária, inclusive, para a sua atuação tanto na vida acadêmica enquanto estudantes, quanto na vida profissional, pois o fazer do bibliotecário tem

como princípio básico a liberdade de pensamento, a qual só é possível a depender do regime político que está no poder. Além dessa questão mais essencial para a existência mesma da profissão, há aquela que se refere à sua participação política nos organismos de classe, tanto os da vida estudantil (que deveriam ser pensados inclusive nos currículos de formação de bibliotecários, como forma de preparar esses profissionais para a sua atuação nos órgãos de classe da profissão), quanto os da vida profissional, importantes para a continuidade de uma profissão numa era que prega o desmantelamento das instituições sociais e a liquidez das relações sociais, como a era pós-moderna.

Diante dessa realidade, durante a realização desta pesquisa vários questionamentos foram surgindo, tais como: o que poderia ser feito para ultrapassar essa falta de participação política dos bibliotecários contemporaneamente, como forma de ter uma atuação contra hegemônica dos bibliotecários? Outra questão a ser colocada é em relação à formação dos bibliotecários, ou seja: a formação dos bibliotecários propicia a defesa de um projeto ético, político e crítico da profissão comprometido com a construção do projeto de emancipação humana e com a defesa dos direitos sociais? E ainda: o projeto político pedagógico propicia aos estudantes terem uma visão crítica da profissão de forma a que os mesmos transformem em práxis os conhecimentos adquiridos, na luta contra o ensino precarizado e também pelos interesses da sua profissão? Tais questões ainda ecoam sem resposta e consistem em novas possibilidades de pesquisa ainda a serem exploradas.

Os resultados da pesquisa demonstram uma lacuna evidente nos conteúdos das disciplinas no sentido de uma formação política mais evidenciada. No entanto, como visto no referencial teórico, uma vez que o ambiente da universidade é político por natureza, ações políticas florescem entre a comunidade acadêmica. Estas devem ser incentivadas por meio de projetos de pesquisa e extensão ou na promoção de eventos estudantis ou de entidades de classe. Essas ações poderão servir como canais paralelos para a formação e mobilização prática e política, além de apresentarem-se como fóruns para o discurso teórico-reflexivo. Ou seja, a universidade, as representações estudantis e os órgãos de classe deveriam atuar em conjunto na busca da formação de bibliotecários mais politizados para atuar na sociedade de forma protagonista e não apenas como reprodutores da ordem social e política vigente.

A análise dos resultados, por outro lado, confirma a existência de lacuna importante a ser preenchida, pois se percebe a necessidade latente de promover ações educativas para formar politicamente o bibliotecário desde a graduação, carente de um aprofundamento teórico-reflexivo em torno da governabilidade na Biblioteconomia. Assim, faz sentido propor um diálogo e integração política maior e mais evidente entre os diferentes setores/áreas de estudos/pesquisas na área, capaz de propiciar a aproximação do fazer profissional com a sociedade e o exercício de uma política cotidiana de ação para além do discurso, o que resultará também na promoção de uma melhor formação desses profissionais da informação.

Ressalta-se, portanto, a importância da formação de bibliotecários para a política, para a cidadania e, nesta perspectiva, estão inseridas as buscas de uma formação que objetive formar para a construção da paz, para fomentar a participação para o pleno exercício da democracia, sempre tão atacada contemporaneamente. Ou seja, os currículos devem buscar formar bibliotecários conscientes de que além de formar-se cidadão, vai atuar na sociedade como formador de sujeitos para o pleno exercício da sua cidadania.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, A. **The System of professions**: An essay on the division of expert labour. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- AZAMBUJA, D. **Introdução a Ciência Política**. 2.ed. São Paulo: Globo, 2008.
- BOBBIO, N. B. **Teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BOBBIO, N. B.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11.ed. 1998.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F., 23 dez. 1996.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CARVALHO, J. **Tópicos em Biblioteconomia e Ciência da Informação**: epistemologia, política e educação. Rio de Janeiro: Biblioo, 2016.

CORRÊA, E. C. D.; PRADO, J. M. K. Internet e mídias sociais como canais de promoção de integração e cidadania. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v.2, n.2, p.29-42, maio/ago. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1754/1365>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

COSTA, J. B. *et al.* Universidade: espaço institucional para o desenvolvimento político. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v.2, n.1, abr. 1994. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000100003>. Acesso em: 15 abr. 2016.

DALLARI, D. A. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Portugal: Porto, 2005.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRIEDSON, E. **O renascimento do profissionalismo**: teoria, profecia e política. São Paulo: EDUSP, 1998.

GALLO, V. M. A. **Encontros científicos e a formação acadêmica**: o caso ENEBD. 2013. TCC (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/TCC%20Gallo.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

GIARETA, P., MENEGHEL, S. A dimensão política na prática pedagógica da formação de professores no ensino superior. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8., 2008. **Anais Eletrônico...** Curitiba, EDUCERE, 2008. Disponível em: <www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/763_653.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 12.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MADEIRO, C. Deputados de AL aprovam lei que pune professor que opinar em sala de aula. **UOL Educação**, 26 abr. 2016. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/04/26/deputados-de-al-aprovam-lei-que-pune-professor-que-opinar-em-sala-de-aula.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

MANIFIESTO del colectivo de docentes de información y documentación por el compromiso social. 2008. Disponível em: <<http://docentesdocumentacioncompromiso.blogspot.mx/2008/11/docentes-de-informacion-y-documentacion.html>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Portugal, v.66, p.117-149, out. 2003. Disponível em:

<<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/66/RCCS66-117-149-Marcos%20Mesquita.pdf>>. Acesso em 28 abr. 2016.

OLIVEIRA, J.; SILVA, M. L. T. da. Memo-Biblio resgate histórico do movimento estudantil em Biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.8, n.1, 1998. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/427/348>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

OLIVEIRA, R.; BROSSOL, B.; GENRO, M. E. Formação política na universidade: nas entrelinhas do texto normativo. In: SIMPÓSIO PENSAR LA UNIVERSIDAD EN SUS CONTEXTOS, PERSPECTIVAS EVALUATIVAS, 2011. **Anais...** Entre Rios, UNER, 2011. Disponível em: <<https://fccoordenacioneducacion.files.wordpress.com/2012/02/054.pdf> >. Acesso em: 15 abr. 2016.

O PAPEL do movimento estudantil na resistência à ditadura. **Mude o nome da sua escola**. [Blog]. [20--]. Disponível em: <<http://ditaduranuncamais.cnte.org.br/o-papel-do-movimento-estudantil-na-resistencia-a-ditadura/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

PIMENTEL, T. Liminar que impediu debate sobre impeachment na UFMG gera polêmica. **G1**, Minas Gerais, 30 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/04/liminar-que-impediu-debate-sobre-impeachment-na-ufmg-gera-polemica.html>>. Acesso em: 2 maio 2016.

RODRIGUES, M. E. F. A formação profissional em Biblioteconomia: superando limites e construindo possibilidades. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v.7, n.13, p.13-24, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2002v7n13p13/5212>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

RODRIGUES, M. L. **Sociologia das profissões**. Oeiras: Celta, 2002.

SCHWARTZMAN, S. **Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual Centro Edelstein, 2008.

SEVERINO, J. A. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas (SP), v.14, n.2, p.253-266, jul. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772009000200002&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 21 mar. 2016.

TELÉSFORO, J. **A importância da formação política para os movimentos sociais**. 2012. Disponível em: <<https://brasiledesenvolvimento.wordpress.com/2012/08/30/a-importancia-da-formacao-politica-para-os-movimentos-sociais/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Universal Declaration of Human Rights**. Paris: [s.n.], 1948. Disponível em:

<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

NOTAS

¹ Para obter a lista dos Cursos de Biblioteconomia no Brasil, acessar: <http://www.abecin.org.br/abecin_conteudo.php?id=20>.

² Dois exemplos de censura dessa natureza aplicadas no Brasil durante a elaboração deste artigo podem ser verificados nas reportagens de Pimentel (2016) e Madeiro (2016).

Daniela Spudeit

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

E-Mail: danielaspudeit@gmail.com

Brasil

Marielle Barros de Moraes

Universidade de São Paulo (USP)

E-Mail: moraes.marielle@gmail.com

Brasil

Elisa Delfini Correa

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

E-Mail: elisacorrea61@gmail.com

Brasil